

CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR I / DIREITO

EDITAL Nº 001/2014

DATA: 26/06/2016 - PERÍODO: MANHÃ

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - a) Este caderno com 40 questões objetivas sem repetição ou falha.
 - b) Um **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas da prova.
 - c) Para realizar sua prova, use apenas o material mencionado acima e em hipótese alguma, papéis para rascunho.
2. Verifique se este material está completo, em ordem e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes no **CARTÃO-RESPOSTA**, caso haja alguma divergência, você deve comunicar ao fiscal de sala.
3. Após a conferência, você deverá assinar o seu nome completo, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA** utilizando caneta esferográfica de tinta de cor azul ou preta.
4. Escreva o seu nome e assine nos espaços indicados neste **CADERNO DE QUESTÕES**, bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
5. No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras, correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
6. Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
7. Não será permitido o uso de borracha ou corretivo de qualquer espécie no **CARTÃO-RESPOSTA**, bem como qualquer outro tipo de rasura.
8. Para cada uma das questões são apresentadas 4 (quatro) alternativas classificadas com as letras (a), (b), (c), e (d); somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar **apenas uma alternativa para cada questão**; a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
9. As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
10. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da Prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
11. Reserve os 30 (trinta) minutos finais do tempo de prova para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES** não serão levados em conta.
12. Quando terminar sua prova, entregue ao Fiscal de Sala, obrigatoriamente o **CARTÃO-RESPOSTA** devidamente assinado e o **CADERNO DE QUESTÕES**.
13. O TEMPO DE DURAÇÃO PARA ESTA PROVA É DE **3hs00min.**
14. Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova após decorrida **1 (uma) hora**.

N.º DE INSCRIÇÃO						

ASSINATURA

NOME DO CANDIDATO (Letra de Forma)

Corte na linha pontilhada-----

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	

A lição do fogo

1º Um membro de determinado grupo, ao qual prestava serviços regularmente, sem nenhum aviso, deixou de participar de suas atividades.

2º Após algumas semanas, o líder daquele grupo decidiu visitá-lo. Era uma noite muito fria. O líder encontrou o homem em casa sozinho, sentado diante _____ lareira, onde ardia um fogo brilhante e acolhedor.

3º Adivinhando a razão da visita, o homem deu as boas-vindas ao líder, conduziu-o a uma cadeira perto da lareira e ficou quieto, esperando. O líder acomodou-se confortavelmente no local indicado, mas não disse nada. No silêncio sério que se formara, apenas contemplava a dança das chamas em torno das achas da lenha, que ardiam. Ao cabo de alguns minutos, o líder examinou as brasas que se formaram. Cuidadosamente, selecionou uma delas, a mais incandescente de todas, empurrando-a _____ lado. Voltou, então, a sentar-se, permanecendo silencioso e imóvel. O anfitrião prestava atenção a tudo, fascinado e quieto. Aos poucos, a chama da brasa solitária diminuía, até que houve um brilho momentâneo e seu fogo se apagou de vez.

4º Em pouco tempo, o que antes era uma festa de calor e luz agora não passava de um negro, frio e morto pedaço de carvão recoberto _____ uma espessa camada de fuligem acinzentada. Nenhuma palavra tinha sido dita antes desde o protocolar cumprimento inicial entre os dois amigos. O líder, antes de se preparar para sair, manipulou novamente o carvão frio e inútil, colocando-o de volta ao meio do fogo. Quase que imediatamente ele tornou a incandescer, alimentado pela luz e calor dos carvões ardentes em torno dele. Quando o líder alcançou a porta para partir, seu anfitrião disse:

5º – Obrigado. Por sua visita e pelo belíssimo sermão. Estou voltando ao convívio do grupo.

RANGEL, Alexandre (org.). *As mais belas parábolas de todos os tempos* – Vol. II. Belo Horizonte: Leitura, 2004.

01 - Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto:

- a) a – ao – por.
- b) da – para o – de.
- c) à – no – a.
- d) a – de – em.

02 - Assinale a alternativa em que o verbo está flexionado no mesmo tempo e modo que o grifado em “onde ardia um fogo” (2º parágrafo):

- a) mas não disse nada (3º parágrafo).
- b) que se formara (3º parágrafo).

- c) prestava atenção a tudo (3º parágrafo).
- d) houve um brilho (3º parágrafo).

03 - Analise as afirmativas sobre a classe e função que as palavras exercem no texto e, em seguida, marque (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas:

() o vocábulo “que” em “que ardiam” (3º parágrafo) é um pronome relativo na função de sujeito.

() o vocábulo “o” em “colocando-o” de volta no meio do fogo (4º parágrafo) é um pronome em função de objeto direto.

() os vocábulos “frio” e “inútil” em “manipulou novamente o carvão frio e inútil” (4º parágrafo) são adjetivos em função de adjunto adnominal.

() o vocábulo “líder” em “o homem deu as boas-vindas ao líder” (3º parágrafo) é um substantivo em função de complemento nominal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- a) V – V – V – F.
- b) V – F – F – V.
- c) V – F – V – V.
- d) F – V – V – F.

04 - Assinale as afirmativas referentes ao emprego das palavras no texto e marque (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas:

() “mas não disse nada” (3º parágrafo) mas é uma conjunção coordenada e pode ser substituída sem prejuízo para o significado do período por “porém”.

() “Quando o líder alcançou a porta” (4º parágrafo) A conjunção “Quando” introduz uma ideia de tempo e pode ser substituído por “assim que”.

() “Estou voltando ao convívio do grupo” (5º parágrafo) a locução verbal “estou voltando” foi empregada para indicar a ação que está prestes a acontecer.

() “apenas contemplava a dança das chamas” (3º parágrafo) A palavra “apenas” expressa uma circunstância de modo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- a) F – V – V – V.
- b) F – F – F – V.
- c) V – F – V – F.
- d) V – V – F – F.

05 - Analise as afirmativas referentes ao texto e, em seguida assinale a alternativa correta:

- a) O discurso direto, que se apresenta na parte final do texto, indica que a comunicação entre o anfitrião e o líder não ocorreu de forma amistosa.
- b) Considerando-se a atitude do visitante e a reação do anfitrião, depreende-se que ações também são usadas para convencer.
- c) O texto é predominantemente descritivo por se tratar de uma fábula.
- d) Todas as afirmativas estão incorretas.

06 - Assinale a assertiva correta no que tange a Lei Maria da Penha:

- a) O Superior Tribunal de Justiça entende que a pena mais grave atribuída ao delito de lesões corporais praticado no âmbito das relações domésticas seja aplicável apenas nos casos em que a vítima é mulher, pelo fato dessa alteração ter-se dado pela Lei nº 11.340/2006.
- b) O Superior Tribunal de Justiça, na ADIn nº 4.424/2012, estabeleceu a natureza incondicionada da ação penal nos crimes de lesão corporal, independentemente de sua extensão, praticados contra a mulher no ambiente doméstico.
- c) Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, com pena máxima não superior a 2 (dois) anos, aplicar-se-á a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.
- d) Poderá o juiz determinar, sem a estipulação de prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

07 - Assinale a alternativa correta no que tange a Lei Maria da Penha:

- a) A coabitação entre os sujeitos ativo e passivo é condição para a aplicação da Lei nº 11.340/2006.
- b) O Superior Tribunal de Justiça entende que não há a necessidade de coabitação para a aplicação da lei, bastando que se configure relação íntima de afeto entre agressor e vítima para atrair o rigor maior da lei.
- c) O parentesco entre os sujeitos ativo e passivo é condição para a aplicação da lei.
- d) O Superior Tribunal de Justiça, na ADIn nº 4.424/2012, estabeleceu a natureza incondicionada da ação penal nos crimes de ameaça praticados contra a mulher no ambiente doméstico.

08 - Nos termos da Lei Maria da Penha, assinale a assertiva correta quanto as medidas protetivas de urgência a serem aplicadas de imediato ao

agressor, quando constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher:

- a) Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes maiores ou menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.
- b) Prestação de alimentos provisionais ou provisórios.
- c) Afastamento do lar, domicílio ou local de propriedade da ofendida.
- d) Proibição frequentar lugares públicos, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.

09 - Assinale a assertiva correta referente as definições estabelecidas pela Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL:

- a) Energia elétrica ativa: aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reactivo-hora (kvarh).
- b) Fator de demanda: razão entre a demanda média e a demanda máxima da unidade consumidora, ocorridas no mesmo intervalo de tempo especificado.
- c) Iluminação pública: conjunto de equipamentos utilizados exclusivamente na prestação do serviço de iluminação pública.
- d) Subestação: parte do sistema de potência que compreende os dispositivos de manobra, controle, proteção, transformação e demais equipamentos, condutores e acessórios, abrangendo as obras civis e estruturas de montagem.

10 - Acerca da Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, considere:

I - O contrato de adesão deve ser encaminhado ao consumidor até a data de apresentação da primeira fatura subsequente à solicitação de fornecimento.

II - A ligação de unidade consumidora deve ser efetuada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para unidade consumidora do grupo B, localizada em área urbana.

III - É vedada a suspensão do fornecimento após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da fatura vencida e não paga, salvo comprovado impedimento da sua execução por determinação judicial ou outro motivo justificável, ficando suspensa a contagem pelo período do impedimento.

IV - Para fins de faturamento da energia elétrica destinada à iluminação pública ou à iluminação

de vias internas de condomínios, o tempo a ser considerado para consumo diário deve ser de 12 (doze) horas por dia do período de fornecimento.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) Apenas as afirmativas I, II e III.
- b) Apenas as afirmativas I e III.
- c) Apenas as afirmativas II, III e IV.
- d) Apenas as afirmativas I e IV.

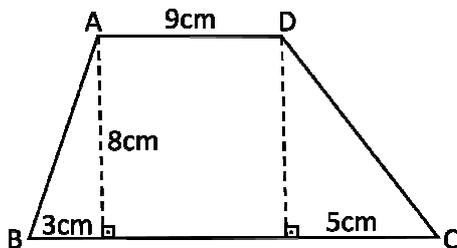
11 - Três máquinas iguais, trabalhando cinco horas por dia, durante sete dias produzem 231 kg de pregos. Para produzir 264 kg de pregos em apenas seis dias e com uma das máquinas parada, quantas horas por dia as máquinas precisarão trabalhar?

- a) 6h.
- b) 7h.
- c) 8h.
- d) 10h.

12 - Determine a solução do sistema $\begin{cases} x + y = 0 \\ y + z = 1 \\ x + z = 3 \end{cases}$

- a) $x = 1, y = -1, z = 3$.
- b) $x = 2, y = -2, z = 3$.
- c) $x = -2, y = 2, z = 1$.
- d) $x = 1, y = -1, z = 2$.

13 - O trapézio dado abaixo deve ser dividido em duas partes de mesma área por um segmento perpendicular às bases. A que distância essa divisão ficará do vértice B?



- a) 2cm.
- b) 4cm.
- c) 6cm.
- d) 8cm.

14 - Uma ação na bolsa de valores teve dois momentos de valorização seguidos durante o pregão. Se os aumentos foram de 2% seguido de 5%, qual o novo valor da ação se no início ela valia R\$ 10,00?

- a) R\$ 9,30.
- b) R\$ 9,31.
- c) R\$ 10,30.
- d) R\$ 10,71.

15 - Para resolver as 8 questões de uma prova gastei 1h. Quanto tempo levei em média para realizar cada questão?

- a) 7min 50s.
- b) 7min 5s.
- c) 7min 30s.
- d) 75min.

16 - A Peste Suína Clássica, também conhecida como Febre Suína ou Cólera dos Porcos, é uma enfermidade contagiosa e muitas vezes fatal aos suínos, e é causada por um vírus. De acordo com as autoridades sanitárias estaduais, é CORRETO afirmar:

- a) O Estado de Rondônia foi certificado em maio deste ano como área livre da Peste Suína Clássica.
- b) O Estado de Rondônia já registrou vários casos de Peste Suína Clássica.
- c) O último caso registrado de Peste Suína Clássica em Rondônia foi em 2.009.
- d) Rondônia tem potencial para aumentar a produção de suínos, porém a escassez de grãos para a alimentação dos animais e o “fantasma” da Peste Suína Clássica desanima os criadores.

17 - De acordo com matéria publicada na Folha Nobre, os prefeitos estão tendo de tomar posicionamentos rígidos, visando obrigatoriamente, a contenção de gastos, além do objetivo de buscar o equilíbrio da máquina pública. Os limites prudenciais de cumprimento da aplicação de gastos com pessoal, regulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal são uma das maiores preocupações dos prefeitos. Para não extrapolarem e terem as contas reprovadas, os gestores começaram a adotar medidas austeras, desagradáveis e impopulares como cortes salariais. O Prefeito Jurandir Oliveira de Araújo decretou no final de maio deste ano a redução em 10% sobre os subsídios dele e de seus secretários. Jurandir além de ser Presidente da Associação Rondoniense de Municípios, é Prefeito de:

- a) Alta Floresta d'Oeste.
- b) Alto Alegre dos Parecis.
- c) Santa Luzia d'Oeste.
- d) São Felipe d'Oeste.

18 - No início de maio deste ano a Polícia Federal deflagrou duas operações simultâneas em Rondônia. Assim como em outras ações, o nome de uma das operações chamou a atenção: “Operação Alpargatas”. Esta operação visou coibir:

- a) A exploração do trabalho infantil na fabricação de carvão.
- b) A extração de pedras preciosas em terras indígenas.
- c) Fraudes em licitações em órgãos públicos municipais.
- d) O tráfico internacional de drogas.

19 - Oito deputados formam a bancada de Rondônia na Câmara Federal, os mesmos foram eleitos por sete partidos distintos. Que Partido elegeu no último pleito dois representantes para a bancada de Rondônia na Câmara dos Deputados?

- a) DEM.
- b) PMDB.
- c) PSD.
- d) PSDB.

20 - Segundo dados oficiais do IBGE a densidade demográfica do Estado de Rondônia atualmente é de:

- a) 5,86 habitantes por km².
- b) 6,58 habitantes por km².
- c) 6,85 habitantes por km².
- d) 8,56 habitantes por km².

21 - Considerando o prompt de comandos (cmd) do sistema operacional Microsoft Windows, o seguinte comando pode ser utilizado para listar os arquivos da pasta atual:

- a) copy.
- b) dir.
- c) list.
- d) check.

22 - Considerando o sistema operacional Microsoft Windows, o seguinte aplicativo pode ser utilizado para a criação e edição de planilhas eletrônicas:

- a) Microsoft Excel.
- b) Microsoft Word.
- c) Bloco de Notas.
- d) Windows Media Player.

23 - O seguinte software não é instalado automaticamente com o operacional Microsoft Windows, ou seja, precisa ser comprado e instalado a parte:

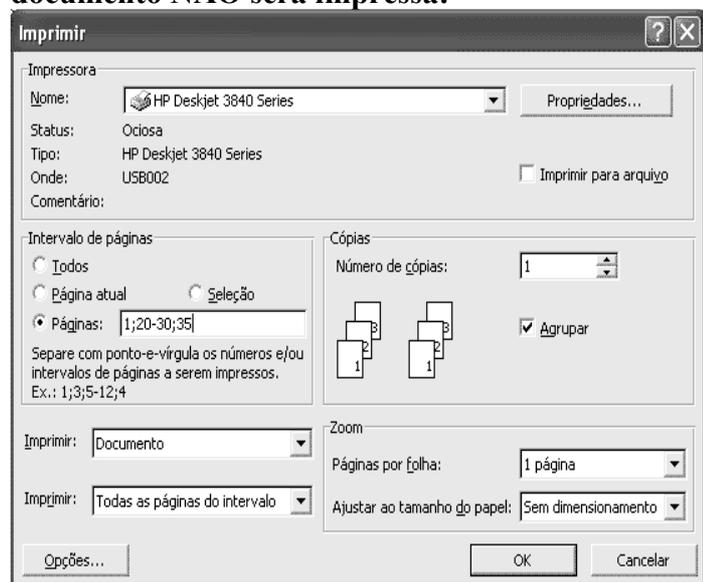
- a) Microsoft Excel.
- b) Calculadora.
- c) Bloco de Notas.
- d) Windows Media Player.

24 - Considerando o software Microsoft Excel e a tabela abaixo exposta, o resultado apresentado na célula C2 pode ser obtido através da seguinte fórmula:

	A	B	C
1	Valor A	Valor B	Resultado
2	60	15	4
3			

- a) =(A2/B2).
- b) =(A2 div B2).
- c) =(A2*B2).
- d) =(A2:B2).

25 - Considerando as configurações de impressão no sistema operacional Microsoft Windows e as configurações utilizadas na imagem abaixo, podemos afirmar que a seguinte página do documento NÃO será impressa:



- a) 1.
- b) 35.
- c) 32.
- d) 25.

26 - Assinale a assertiva correta referente aos direitos e garantias fundamentais:

- a) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta ou recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- b) As práticas de tortura e racismo são consideradas crimes inafiançáveis e imprescritíveis, sujeitos à pena de reclusão, nos termos da lei.
- c) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado após a naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

d) São gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

27 - Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

b) Somente pelo voto da maioria simples de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

c) Caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.

d) Decidida pelo plenário do Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade de uma lei, o Congresso Nacional pode emitir decreto legislativo que suspenda a execução, no todo ou em parte, da norma declarada inconstitucional.

28- Hely Lopes Meirelles conceitua Poder de Polícia como a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. De acordo com o citado autor, são atributos específicos e peculiares ao exercício do poder de polícia:

a) A discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.

b) A legalidade, a autoexecutoriedade e a imperatividade.

c) A vinculação, a proporcionalidade e a coercibilidade.

d) A legalidade, a executoriedade e a imperatividade.

29 - No que concerne ao serviço público, é correto afirmar:

a) Concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo indeterminado.

b) Permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à

pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

c) A concessão de serviço público constitui contrato administrativo por meio do qual o Poder Público transfere à pessoa jurídica distinta a titularidade de determinado serviço público, para executá-lo por sua conta e risco.

d) O contrato de concessão de serviço público não poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, por ser regido pelas normas de Direito Público.

30 - Com relação as disposições do Código Civil referentes aos contratos de compra e venda, pode-se afirmar que:

a) É anulável o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

b) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

c) É ilícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.

d) É lícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.

31 - Com relação a inversão do ônus da prova no âmbito do Código de Defesa do Consumidor, pode-se afirmar que:

a) Não pode ser deferida em favor do Ministério Público, por não ser considerado hipossuficiente.

b) Pode ser negada caso o consumidor não comprove sua vulnerabilidade e o *fumus boni juris do caso*.

c) É regra geral nas ações envolvendo consumidor.

d) É admissível quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação, segundo as regras ordinárias de experiência.

32 - Acerca da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar:

a) A invocação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica é inócua pelo credor de sociedades em comum.

b) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica estabelece a existência distinta da pessoa jurídica de seus sócios.

c) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada de ofício pelo juiz, em caso de abuso da personalidade jurídica ou pela confusão patrimonial.

d) A desconsideração da personalidade jurídica atinge os quotistas de sociedade limitada, na hipótese de falência por dívidas comerciais.

33 - Com relação às disposições estabelecidas pela Lei nº 9.279/96 referentes às invenções e aos modelos de utilidade patenteáveis, é correto afirmar:

a) São patenteáveis as substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie.

b) É patenteável como modelo de utilidade o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.

c) Pode ser considerada invenção ou modelo de utilidade as descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos.

d) A invenção é dotada de atividade inventiva sempre que, para um técnico no assunto, decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica.

34 - Acerca das disposições trazidas pela Lei Complementar nº 150/2015 referente ao empregado doméstico, é correto afirmar que:

a) Considera-se empregado doméstico aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa, pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 3 (três) dias por semana.

b) A remuneração-hora do serviço em viagem será, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) superior ao valor do salário-hora normal, poderá ser, mediante acordo, convertido em acréscimo no banco de horas, a ser utilizado a critério do empregado.

c) É obrigatória a concessão de intervalo para repouso ou alimentação pelo período de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas, sendo inválida cláusula de acordo contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada.

d) É facultado ao empregador efetuar descontos no salário do empregado em caso de adiantamento salarial e, mediante acordo escrito entre as partes, para a inclusão do empregado em planos de assistência médico-hospitalar e odontológica, de seguro e de previdência privada, não podendo a dedução ultrapassar 30% (trinta por cento) do salário.

35 - No que tange ao entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao FGTS, é correto afirmar:

a) A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.

b) É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.

c) A estabilidade contratual ou a derivada de regulamento de empresa são compatíveis com o regime do FGTS, bem como a estabilidade decenal prevista no art. 492 da CLT.

d) A equivalência entre os regimes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da estabilidade prevista na CLT é meramente econômica, sendo devidos valores a título de reposição de diferenças.

36 - Assinale a alternativa correta referente ao Sistema Tributário Nacional:

a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

b) Os Municípios e os Estados poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.

c) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

d) Compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.

37 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

a) Instituir tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

b) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

c) Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, mediante cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

d) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida,

independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

38 - A respeito da capacidade processual estabelecida pela Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, considere:

I - O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.

II - O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

III - A União será representada em juízo, ativa e passivamente, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado.

IV - Os Estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) Apenas as afirmativas I, II e III.
- b) Apenas as afirmativas II, III e IV.
- c) Apenas as afirmativas I e IV.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

39 - Diante das disposições trazidas pelo Novo Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

a) São absolutamente impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal.

b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, inclusive para o oferecimento dos embargos à execução.

c) Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

d) As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, começando pela que a arrolou, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida.

40 - Assinale a assertiva correta referente ao Mandado de Segurança:

a) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, independentemente de notificado judicialmente.

b) O direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias úteis, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

c) Cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.

d) Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for denegada.